

Termobahia S.A.
*(Controlada da Petróleo
Brasileiro S.A. - Petrobras)*
**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanço Patrimonial.....	7
Demonstração do Resultado	8
Demonstração dos Resultados Abrangentes.....	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
Demonstração do Valor Adicionado.....	12
Notas Explicativas	13
1. A companhia e suas operações	13
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	13
3. Sumário das principais práticas contábeis	14
4. Estimativas e julgamentos relevantes	15
5. Novas normas e interpretações.....	17
6. Contas a receber.....	18
7. Arrendamentos mercantis.....	19
8. Investimento.....	21
9. Imobilizado	21
10. Financiamentos.....	21
11. Partes relacionadas.....	22
12. Tributos.....	26
13. Benefícios concedidos a empregados	28
14. Patrimônio líquido	31
15. Receita de arrendamento.....	34
16. Despesas gerais e administrativas.....	34
17. Outras receitas líquidas	34
18. Resultado financeiro líquido.....	35
19. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa	35
20. Processos judiciais e contingências	35
21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.....	37
Conselho de Administração e Diretoria Executiva	40

Relatório Anual da Administração

Exercício 2021

Aos

Senhores Acionistas

Conselho de Administração

Cumprindo preceitos legais e disposições estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Termobahia S.A. do exercício social findo em 31/12/2021, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do Relatório da KPMG Auditores Independentes.

PERFIL CORPORATIVO

A Termobahia S.A. é uma sociedade controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, e proprietária da Usina Termelétrica Termobahia (UTE Termobahia), localizada no Município de São Francisco do Conde, no Estado da Bahia, movida a gás natural, com capacidade instalada de 185,89 MW de energia elétrica e de 396 toneladas de vapor por hora.

A composição acionária da Termobahia é distribuída em 98,85% de participação da PETROBRAS e de 1,15% de participação da Petros – Fundação Petrobras de Seguridade Social.

Temos como propósito prover energia que assegure a prosperidade de forma ética, segura e competitiva. Para isso, o respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente, a ética e transparência são nossos valores, assim como a orientação ao mercado, resultados, superação e confiança.

Em 02/03/2010, a ANEEL autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 2.290, publicada no Diário Oficial da União em 12/03/2010, a transferência da outorga de produtor independente de energia (PIE) da Termobahia S.A. para a PETROBRAS explorar a UTE Termobahia.

Em 01/04/2013, a Termobahia S.A. celebrou o Contrato de Locação e Outras Avenças com a PETROBRAS, cujo objeto é a locação da UTE Termobahia com vigência até 15/09/2023, mantendo-se a responsabilidade de operação, manutenção e comercialização de energia a cargo da Petrobras.

Em janeiro de 2020, a China reportou ter identificado uma nova variante do coronavírus, COVID-19, que estava se disseminando de forma rápida em sua população. Em 11 de março

ADL
ADL

MFP
MFP

de 2020, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que a COVID-19 se tratava de uma pandemia.

Apesar do surto da COVID-19 e os reflexos negativos em grande parte das empresas ao redor do mundo, o modelo de negócio da Companhia foi capaz de manter sua atividade sem nenhum impacto relevante em seus resultados.

ASPECTOS COMERCIAIS

Conforme estabelecido no Contrato de Locação e Outras Avenças, compete à PETROBRAS a operação e manutenção da UTE Termobahia, às suas expensas, além do ônus e ganhos decorrentes das liquidações de energia perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, referente ao período em que a PETROBRAS detiver o direito sobre a energia gerada pela usina, conforme previsão no referido Contrato.

POLÍTICA DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE

A Termobahia está engajada com as ações de governança da acionista controladora, a PETROBRAS, com o intuito de estabelecer as melhores práticas alinhadas ao nosso negócio e em conformidade com as exigências dos novos regramentos adotados pela companhia, que nos tornam aptos a alcançar patamares diferenciados de mercado.

Nossa estratégia inclui o permanente compromisso de respeito aos direitos humanos, cuja intenção é o olhar cuidadoso que temos com nossos públicos, bem como os princípios éticos e compromissos de conduta que percorre nossas relações, vêm permitindo o desenvolvimento de uma cultura de integridade, com o fortalecimento dos nossos controles internos e de nossa governança corporativa.

A segurança e o compromisso com a vida são valores sólidos em nossa companhia e considerados em todas as nossas decisões.

A situação atual reforça a importância dos nossos pilares estratégicos, que devem continuar a serem seguidos ainda com mais foco. Continuaremos operando com alta produtividade, custos baixos e respeito às pessoas, ao meio ambiente e à segurança, contribuindo positivamente para a sociedade e para o Brasil.

ASPECTOS ECONÔMICOS e FINANCEIROS

Quando analisamos os Resultados de 2021, auferimos o Lucro Líquido de R\$ 32.387 mil, com redução de 10% em comparação ao exercício de 2020, em função da diminuição do saldo do fluxo nominal dos recebíveis do arrendamento mercantil financeiro, reflexo dos recebimentos mensais do contrato, que reduz a receita de acordo com a aproximação do final do prazo de vigência e do aumento de despesas em 2021 decorrentes (i) de acréscimo de gastos pelo uso compartilhado de estrutura administrativa da controladora e (ii) de remensuração de gastos e

ADL
ADL

MFP
MFP

obrigações atuariais em função da revogação da Resolução CGPAR 23. Apresentamos a Tabela 1 a seguir, da Demonstração do Resultado do Exercício de 2021:

Tabela 1 – Demonstração de Resultado do Exercício – DRE 2021

DRE (R\$ mil)	2021	2020	Δ	Δ %
Receita de arrendamento	55.765	56.628	(863)	(2%)
Lucro Bruto	55.765	56.628	(863)	(2%)
Gerais e administrativas	(7.349)	(5.372)	(1.977)	(37%)
Tributárias	(1.038)	(617)	(421)	(68%)
Outras receitas (despesas), líquidas	(4.807)	1.429	(6.236)	(436%)
Despesas operacionais	(13.194)	(4.560)	(8.634)	(189%)
Lucro antes do result. financ. e impostos	42.571	52.068	(9.497)	(18%)
Resultado financeiro líquido	7.431	(4.077)	11.508	282%
Receitas financeiras	18.562	10.131	8.431	83%
Despesas financeiras	(3.775)	(4.024)	249	6%
Variações monetárias, líquidas	(7.356)	(10.184)	2.828	28%
Resultado antes dos impostos	50.002	47.991	2.011	4%
Imposto de renda e contribuição social	(17.615)	(11.955)	(5.660)	(47%)
Lucro Líquido do Exercício	32.387	36.036	(3.649)	(10%)

Em dezembro de 2021, conforme previsão no Estatuto Social, a Termobahia realizou a distribuição de dividendos intermediários aos seus acionistas no valor total de R\$ 18.596.207,09, declarados à conta de lucro do exercício de 2021 relativos à apuração do resultado em 30/06/2021, que serão computados no total a ser distribuído do Lucro Líquido apurado em 31/12/2021.

Lucro Bruto

A Companhia registrou Lucro Bruto de R\$ 55.765 mil em 2021 ante o Lucro Bruto de R\$ 56.628 mil apurado em 2020, em função do menor fluxo futuro de recebíveis.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas da Termobahia apresentaram aumento em torno de 37%, ao passar de R\$ 5.372 mil em 2020 para R\$ 7.349 mil. O aumento dessas despesas ocorreu em função principalmente da inclusão de processos de atividades administrativas com o uso de estrutura da Controladora por meio de Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas retroativos a 2018.

ADL
ADL

MFP
MFP

Despesas Tributárias

Em 2021, foi apurado o saldo de R\$ 1.038 mil, equivalente a 68% a maior em comparação ao exercício de 2020, devido ao aumento do recolhimento de PIS e COFINS sobre receitas de aplicações financeiras.

A partir do final de 2019, com a publicação da IN RFB nº 1881/2019, os fluxos futuros de recebíveis passaram a ser líquidos de PIS/COFINS, o que resultou menor recolhimento tributário pela Termobahia.

Outras Receitas (Despesas), Líquidas

No exercício de 2021 foi apurada redução da recuperação do resultado com pessoal cedido (3.681 mil), devido à baixa de provisão de recebimentos registrados no exercício de 2020 que foram liquidados em 2021 e um maior gasto devido à remensuração de obrigações atuariais de assistência médica, reflexo da revogação da Resolução CGPAR nº 23 (R\$ 851 mil).

Já no exercício de 2020, a mensuração das obrigações atuariais de assistência médica ocasionou um efeito positivo no resultado (R\$ 1.032), pela expectativa de redução dos compromissos futuros, decorrente do início da vigência da Resolução CGPAR nº 23, na ocasião.

Resultado Financeiro Líquido

A Termobahia apurou em 2021 o Resultado Financeiro Líquido de R\$ 7.431 mil, melhor do que o resultado auferido em 2020, principalmente devido ao aumento do rendimento com aplicações financeiras no FIDC decorrente da variação de 9,25% no CDI em 2021, cuja variação do índice em 2020 foi de 2%.

Imposto de Renda e Contribuição Social (IR/CSLL)

A maior base tributável, essencialmente pelo aumento das receitas financeiras, contribuiu para o aumento do recolhimento de IR e CSLL, que encerrou 2021 em R\$ 17.615 mil ante o valor de R\$ 11.955 mil auferido em 2020.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DE RESULTADO 2021

Conforme disposição legal (Lei das Sociedades por Ações), os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado.

Em 09/12/2021, o Conselho de Administração deliberou pela aprovação da proposta da Diretoria Executiva da distribuição de dividendos intermediários aos Acionistas no valor de R\$ 18.596.207,09 (dezoito milhões, quinhentos e noventa e seis mil, duzentos e sete reais e nove centavos).

Dessa forma, a proposta da Diretoria Executiva de Destinação de Resultado relativo ao exercício de 2021 que será encaminhada para apreciação do Conselho de Administração e

deliberação em Assembleia Geral de Acionistas, prevê a distribuição total de R\$ 30.767 mil em dividendos aos acionistas, cujo valor inclui R\$ 12.171 mil em dividendos adicionais propostos e o valor de R\$ 18.596 mil dos dividendos intermediários, pagos aos acionistas em dezembro de 2021, conforme apresentado na Tabela 2, a seguir.

Tabela 2 – Proposta de Destinação do Resultado do Exercício 2021

Destinação do Resultado (R\$ mil)	2021
Lucro do Exercício	32.387
A - Reserva Legal (5%)	1.619
Saldo a Destinar	30.768
B - Dividendos Mínimos Obrigatórios (60%) ¹	18.596
C - Dividendos Adicionais Propostos	12.172
D - Dividendos Totais a Distribuir (B + C)	30.768
Destinação Total (A + B+ D)	32.387

¹Pagos antecipadamente em 23/12/2021, conforme deliberação de CA em 09/12/2021.

AGRADECIMENTOS

Nós registramos os nossos agradecimentos e reconhecimento aos nossos colaboradores, acionistas e parceiros pela confiança e empenho durante o ano de 2021.

São Francisco do Conde/BA, 08 de março de 2022.

ALINE DIAS
LEONARDI:08581485790

Assinado de forma digital por ALINE
DIAS LEONARDI:08581485790
Dados: 2022.03.08 17:16:41 -03'00'

Aline Dias Leonardi
Presidente

Marcelo Ferreira
Pelegrini

Assinado de forma digital por
Marcelo Ferreira Pelegrini
Dados: 2022.03.08 14:35:46
-03'00'

Marcelo Ferreira Pelegrini
Diretor Administrativo



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Termobahia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Termobahia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termobahia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com Partes Relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que a Companhia segue o plano de negócios da controladora final Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras na condução de suas operações e mantém transações com empresas do grupo Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 11 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às Companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir

relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2022


KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Milena dos Santos Rosa

Contadora CRC RJ-100983/O-7

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		1	1	Fornecedores		46	1.044
Contas a receber, líquidas	6.1	136.643	131.708	Arrendamentos mercantis	7.2	-	247
Contas a receber – FIDC	6.2	447.150	400.173	Financiamentos	10	22.473	18.509
Imposto de renda e contribuição social	12.1	422	3.594	Imposto de renda e contribuição social	12.1	3.246	-
Impostos e contribuições	12.1	598	10	Impostos e contribuições	12.1	201	2.518
		<u>584.814</u>	<u>535.486</u>	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	14.4	-	11.747
				Salários, férias, encargos e participações		2.402	1.754
				Outras contas a pagar		16	-
						<u>28.384</u>	<u>35.819</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Arrendamentos mercantis	7.2	-	398
Contas a receber, líquidas	6.1	99.603	190.813	Financiamentos	10	16.933	32.042
Depósitos judiciais	20.2	400	359	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.2	60.352	74.911
Impostos e contribuições	12.1	20.763	20.056	Planos de pensão e de saúde	13	7.011	8.608
		<u>120.766</u>	<u>211.228</u>	Outras contas a pagar		-	9
						<u>84.296</u>	<u>115.968</u>
Investimentos	8	220	-	Patrimônio líquido			
Imobilizado	9	-	539	Capital social realizado	14	311.752	311.752
		<u>220</u>	<u>539</u>	Reservas de lucros		22.170	28.793
				Transações de capital		255.516	255.516
				Outros resultados abrangentes		3.682	(595)
						<u>593.120</u>	<u>595.466</u>
		<u>705.800</u>	<u>747.253</u>			<u>705.800</u>	<u>747.253</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Receita de arrendamento	15	55.765	56.628
Lucro bruto		55.765	56.628
Despesas			
Gerais e administrativas	16	(7.349)	(5.372)
Tributárias		(1.038)	(617)
Outras receitas (despesas), líquidas	17	(4.807)	1.429
		(13.194)	(4.560)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		42.571	52.068
Resultado financeiro líquido	18	7.431	(4.077)
Receitas financeiras		18.562	10.131
Despesas financeiras		(3.775)	(4.024)
Variações monetárias, líquidas		(7.356)	(10.184)
Lucro antes dos impostos		50.002	47.991
Imposto de renda e contribuição social	12.3	(17.615)	(11.955)
Lucro líquido do exercício		32.387	36.036
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	14.5	622,59	692,75

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	32.387	36.036
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos (nota explicativa 14.6)	4.585	5.894
Imposto diferido	(308)	-
	4.277	5.894
Resultado abrangente total	36.664	41.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital subscrito e integralizado	Transações de capital	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros			Total do patrimônio líquido
			Perdas atuariais com planos de benefícios definidos	Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2020	311.752	255.516	(6.489)	6.578	34.483	-	601.840
	311.752	255.516	(6.489)		41.061	-	601.840
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(34.483)	-	(34.483)
Outros resultados abrangentes	-	-	5.894	-	-	-	5.894
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	36.036	36.036
Destinações:							
Apropriação do lucro líquido em reserva	-	-	-	1.801	-	(1.801)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(13.821)	(13.821)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	20.414	(20.414)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	311.752	255.516	(595)	8.379	20.414	-	595.466
	311.752	255.516	(595)		28.793	-	595.466
Saldos em 1º de janeiro de 2021	311.752	255.516	(595)	8.379	20.414	-	595.466
	311.752	255.516	(595)		28.793	-	595.466
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(20.414)	-	(20.414)
Outros resultados abrangentes	-	-	4.277	-	-	-	4.277
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	32.387	32.387
Destinações:							
Apropriação do lucro líquido em reserva	-	-	-	1.619	-	(1.619)	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(18.596)	(18.596)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	12.172	(12.172)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	311.752	255.516	3.682	9.998	12.172	-	593.120
	311.752	255.516	3.682		22.170	-	593.120

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	32.387	36.036
Ajustes para:		
Despesa atuarial de planos de pensão e saúde	2.988	1.805
Depreciação e amortização	96	174
Variações monetárias e encargos financeiros	11.068	13.950
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(18.559)	(9.938)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(14.867)	(7.270)
Redução (aumento) de ativos		
Contas a receber	2.742	(2.263)
Contas a receber - arrendamento financeiro	83.533	76.849
Outros ativos	(687)	10.960
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	(998)	570
Impostos e contribuições	21.573	8.467
Imposto de renda e contribuição social pagos	(17.257)	(13.899)
Outros passivos	431	(1.295)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	102.450	114.146
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições em investimentos	(220)	-
Investimentos em recebíveis de ativos financeiros	(28.418)	(51.041)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(28.638)	(51.041)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos e operações de mútuo, líquidos:		
Amortizações de principal	(16.537)	(12.571)
Amortizações de juros	(6.517)	(4.363)
Amortização de arrendamentos	-	(194)
Dividendos pagos à acionista controlador	(50.174)	(45.448)
Dividendos pagos aos acionistas não controladores	(584)	(529)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(73.812)	(63.105)
Efeito líquido do caixa e equivalentes de caixa do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2021	2020
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(8.918)	(344)
Valor consumido produzido bruto	(8.918)	(344)
Depreciação e amortização	(96)	(174)
Valor consumido líquido pela companhia	(9.014)	(518)
Valor adicionado recebido em transferência		
Juros sobre arrendamento mercantil	55.765	56.628
Receitas financeiras - inclui variação monetária	19.416	10.636
	75.181	67.264
Valor adicionado a distribuir	66.167	66.746
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Salários e benefícios	2.515	3.316
Participação nos lucros ou resultados	115	-
Remuneração variável	122	(239)
	2.752	3.077
Tributos		
Federais	18.940	12.790
Estaduais	6	30
Municipais	97	100
	19.043	12.920
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros e variações monetárias	11.985	14.713
Acionistas		
Dividendos intermediários	18.596	-
Juros sobre capital próprio	-	13.821
Lucros retidos	13.791	22.215
	32.387	36.036
Valor adicionado distribuído	66.167	66.746

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A companhia e suas operações

A Termobahia S.A. (“companhia”), controlada pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, foi constituída em 22 de outubro de 1998 e iniciou suas atividades operacionais em 30 de setembro de 2003, tendo como objeto social a produção, comercialização, aquisição, exportação e importação de energia elétrica e vapor, observando os termos e condições previstas na legislação aplicável.

A Termobahia é proprietária da Usina Termelétrica Termobahia (UTE-TBA), cujos ativos são utilizados, exclusivamente, na produção de energia elétrica e vapor de alta pressão. O projeto de co-geração (produção de energia elétrica e vapor) foi construído ao lado da Refinaria Landulpho Alves de Mataripe (“RLAM”), com capacidade de produção de 185,89 megawatts de energia elétrica e 396 toneladas por hora de vapor de alta pressão.

A companhia mantém transações relevantes com a controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

Contrato de Locação da Usina

Em 1º de abril de 2013, a companhia celebrou Contrato de Locação de sua Usina Termelétrica pelo prazo de 3.820 dias, com vencimento em 15 de setembro de 2023, com sua controladora.

A relação contratual existente com sua Controladora possui a característica de arrendamento mercantil financeiro, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil.

1.1. Contexto, ações de resiliência e impactos causados pela COVID-19

Em função da pandemia do coronavírus (COVID-19), declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, a Sociedade adotou e segue com providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas. As iniciativas estão alinhadas às recomendações da OMS e do Ministério da Saúde e visam contribuir com os esforços de toda a população e das autoridades para mitigar os riscos da doença. A Companhia está acompanhando permanentemente a evolução do coronavírus e avaliando a necessidade de novas medidas, alinhada ao seu acionista controlador.

Não houve impactos nas demonstrações financeiras do exercício em função dos efeitos da COVID-19.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

O Conselho de Administração da companhia, em reunião realizada em 08 de março de 2022, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas e foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da companhia é o real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis da companhia são consistentes com as adotadas e divulgadas no exercício anterior. Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, essas práticas são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

3.1.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

3.1.2. Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da companhia.

4.1. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento real das premissas atuariais.

4.2. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais e trabalhistas decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Termobahia com base em pareceres de seus assessores jurídicos, quando necessário, e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões judiciais e administrativas em ações contra a companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 20.

4.3. Tributos diferidos sobre o lucro

A companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos estão apresentados na nota explicativa 12.2.

4.4. Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito (PCE) esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, a companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

4.5. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

5. Novas normas e interpretações

5.1. International Accounting Standards Board (IASB)

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2021.

Norma	Descrição	Data de vigência
<i>Annual Improvements to IFRS® Standards 2018–2020.</i>	As emendas alteram requerimentos relacionados a: controlada como adotante inicial dos IFRS (IFRS 1-First-time Adoption of International Financial Reporting Standards); taxas a serem consideradas para avaliar o desreconhecimento de um passivo financeiro (IFRS 9-Financial Instruments); e fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo (IAS 41-Agriculture). Adicionalmente, as emendas alteram determinado exemplo ilustrativo contido no IFRS 16-Leases.	1º de janeiro de 2022
<i>Reference to the Conceptual Framework - Amendments to IFRS 3</i>	As emendas atualizam determinada referência no IFRS 3 à estrutura conceitual mais recente, bem como inclui requerimentos adicionais relativos a obrigações no escopo dos pronunciamentos IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets e IFRIC 21-Levies. Adicionalmente, as emendas orientam que o comprador não deve reconhecer ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.	1º de janeiro de 2022
<i>Onerous Contracts—Cost of Fulfilling a Contract - Amendments to IAS 37</i>	Estabelece alterações no IAS 37-Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets para esclarecer o que compreende os custos de cumprimento de um contrato para avaliar se um contrato é oneroso.	1º de janeiro de 2022
<i>Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - Amendments to IAS 16</i>	As alterações no IAS 16-Property, Plant and Equipment proíbem deduzir do custo do imobilizado valores recebidos pela venda de itens produzidos antes da colocação do ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração	1º de janeiro de 2022
<i>Classification of Liabilities as Current or Non-current - Amendments to IAS 1</i>	As emendas no IAS 1-Presentation of Financial estabelecem requerimentos para classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2023
<i>IFRS 17 – Insurance Contracts and Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts</i>	O IFRS 17 substitui o IFRS 4-Insurance Contracts e estabelece, entre outras coisas, os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023
<i>Disclosure of Accounting Policies – Amendments to IAS 1 and Practice Statement 2</i>	Em substituição ao requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas, as emendas ao IAS 1 Presentation of Financial Statements estabelecem que políticas contábeis devem ser divulgadas quando forem materiais. Entre outras coisas, a emenda prevê orientações para determinar tal materialidade.	1º de janeiro de 2023
<i>Definition of Accounting Estimates – Amendments to IAS 8</i>	De acordo com as emendas ao IAS 8, a definição de “mudança na estimativa contábil” deixa de existir. Em substituição, foi estabelecida definição para o termo “estimativas contábeis”: valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.	1º de janeiro de 2023
<i>Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction– Amendments to IAS 12</i>	As alterações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 do IAS 12 Income Taxes de modo que não se aplique mais a transações que, entre outras coisas, no reconhecimento inicial, dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.	1º de janeiro de 2023

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, a companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC emite pronunciamentos e interpretações tidos como análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. As emendas das IFRS contidas acima não foram emitidas pelo CPC até 31 de dezembro de 2021. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2021, bem como os IFRS equivalentes:

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC Nº 19	Annual Improvements to IFRS® Standards 2018–2020 Reference to the Conceptual Framework - Amendments to IFRS 3 Onerous Contracts—Cost of Fulfilling a Contract - Amendments to IAS 37 Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - Amendments to IAS 16	1º de janeiro de 2022 1º de janeiro de 2022
Pronunciamento Técnico CPC 50	IFRS 17 – Insurance Contracts	1º de janeiro de 2023

6. Contas a receber

6.1. Contas a receber, líquidas

	2021	2020
Recebíveis de contratos com clientes		
Partes relacionadas		
Arrendamento mercantil financeiro (nota explicativa 7.1)	233.051	316.584
Outras contas a receber (nota explicativa 11.1)	3.195	5.937
	236.246	322.521
Circulante	136.643	131.708
Não circulante	99.603	190.813

6.2. Contas a receber - FIDC

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 447.150 (R\$ 400.173 em 2020) representa recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras.

A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como “recebíveis”, considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos e são classificados na categoria de valor justo por meio do resultado

Prática contábil

Quando a companhia é arrendadora de um bem em um arrendamento financeiro, constitui-se um recebível por valor igual ao investimento líquido no arrendamento, composto pelos pagamentos do arrendamento a receber e qualquer valor residual não garantido de responsabilidade da companhia, descontados pela taxa de juros implícita da operação.

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. Tais perdas referentes às contas a receber de clientes são apresentadas como despesas de vendas.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Em geral, para os demais recebíveis, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A companhia assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o mesmo possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Inexistindo controvérsia ou outras questões que podem resultar em suspensão da cobrança, a companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

7. Arrendamentos mercantis

7.1. Recebimentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro – UTE Termobahia

Os recebimentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro estão detalhados a seguir:

Compromissos Estimados	Recebimentos		
	Valor Futuro	Juros Anuais	Valor Presente
2022	142.022	(8.574)	133.448
2023	118.352	(18.749)	99.603
Em 31 de dezembro de 2021	260.374	(27.323)	233.051
Circulante			133.448
Não circulante			99.603
Em 31 de dezembro de 2021			233.051
Circulante			125.771
Não circulante			190.813
Em 31 de dezembro de 2020			316.584

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

O arrendamento mercantil financeiro (com transferência de benefícios, riscos e controles) é representado pelo contrato de locação da UTE Termobahia, celebrado com a Petrobras com prazo de 3.820 dias, com parcelas vencíveis mensalmente, corrigido pela variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA (nota explicativa 1).

7.2. Arrendamento mercantil – Sublocação da sala

A movimentação do contrato de arrendamento reconhecido como passivo está demonstrada a seguir:

	31.12.2020	Segregação CP LP	Pagamentos de principal	Pagamentos de Juros	Encerramento Antecipado Contrato	Encargos no exercício	31.12.2021
País - Curto prazo	247	(116)	-	-	(149)	18	-
País - Longo prazo	398	116	-	-	(514)	-	-
Total	645	-	-	-	(663)	18	-

A companhia firmou, em 1º de maio de 2019, contrato de sublocação de uma sala entre a Termobahia S.A. (sublocatária) e Petrobras (sublocadora), localizada no Edifício Torre Pituba em Salvador-BA que teve início em 01 de maio de 2019 e previsão de término em 15 de setembro de 2023. Em julho de 2021, houve o distrato antecipado do contrato, justificado pela desmobilização do Edifício Torre Pituba pela Petrobras. Considerando a transferência de benefícios, riscos e controles do ativo, o contrato foi classificado como arrendamento mercantil financeiro, tendo como base normativa o CPC 06 (R2).

Em 31 de dezembro de 2021, a companhia apropriou R\$ 18 de encargos de arrendamento (R\$ 44 em 31 de dezembro de 2020).

Prática contábil

Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Para os arrendamentos mercantis em que a companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento.

Os rendimentos e as despesas financeiras são apropriados ao resultado ao longo do prazo de contrato, com base na taxa de desconto que ajustou o recebível/pagamento ao valor presente.

Pagamentos e recebimentos contingentes são reconhecidos como despesas e/ou receitas quando incorridos.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

8. Investimento

	Saldo em 31.12.2020	Aporte de capital	Resultado de participação em investimentos	Saldo em 31.12.2021
Associação Petrobras de Saúde (APS)	-	220	-	220
	-	220	-	220

Constituição da Associação Petrobras de Saúde (APS) e tratamento contábil dos aportes

A APS tem natureza de associação civil, tendo por objetivo a realização de atividades sociais ou assistências, neste caso a assistência à saúde, sem fins lucrativos.

Mediante convênios celebrados entre as patrocinadoras e APS, vêm sendo realizado transferência de recursos financeiros para formação do capital regulatório estabelecido pela Agência Nacional de Saúde (ANS), com o objetivo de garantir a cobertura aos seus beneficiários.

9. Imobilizado

	Edificações e construções	Total
Saldo em 01 janeiro de 2020	709	709
Adições	4	4
Depreciação	(174)	(174)
Saldo em 31 dezembro de 2020	539	539
Depreciação	(96)	(96)
Baixa	(443)	(443)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-
Custo	-	-
Depreciação	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-

Refere-se ao direito de uso vinculado ao contrato de sublocação de uma sala comercial celebrado com a sua controladora que teve distrato antecipado em julho de 2021, conforme mencionado na nota explicativa 7.2. A depreciação é pelo método linear, com base no prazo do contrato.

Prática contábil

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição, que representa os custos dos bens de uso administrativo, deduzido da depreciação acumulada.

10. Financiamentos

Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

a) Financiamentos em Reais

Conforme escritura particular da primeira emissão de 8 de janeiro de 2003, a companhia procedeu à emissão de 550.000 debêntures, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, com valor nominal unitário de R\$ 100, perfazendo montante de R\$ 55.000. As debêntures fazem jus a remuneração, a partir da data de subscrição, baseada no IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescida de uma taxa de juros de 15,34% a.a. até 29 de setembro de 2008, e 8% a.a. a partir de 30 de setembro de 2008, sendo amortizadas em 237 (duzentas e trinta e sete) parcelas, mensais, variáveis e consecutivas, sendo a primeira com vencimento em 15 de janeiro de 2004. Do total da emissão, foram subscritas pela Petros 480.562 debêntures.

As movimentações dos saldos de curto e longo prazo dos financiamentos são apresentadas a seguir:

	<u>Debêntures</u>
Circulante e Não Circulante	
No país	
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	52.880
Amortização de Principal	(12.571)
Amortização de Juros	(4.363)
Variações monetárias	14.605
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	50.551
Circulante	18.509
Não Circulante	32.042
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	50.551
Amortização de Principal	(16.537)
Amortização de Juros	(6.517)
Variações monetárias	11.909
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	39.406
Circulante	22.473
Não Circulante	16.933

10.2. Informações resumidas sobre os financiamentos (passivo circulante e não circulante)

Vencimento em	até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Total
Financiamentos em Reais (a):				
Indexados a taxas fixas	22.473	16.933	-	39.406
Taxa média dos Financiamentos	8%	8%	-	8%
Total em 31 de dezembro de 2021	22.473	16.933	-	39.406
Total em 31 de dezembro de 2020	18.509	17.687	14.355	50.551

11. Partes relacionadas

A companhia segue a política com partes relacionadas do sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Essa política orienta a Petrobras, suas controladas e sua força de trabalho na celebração de Transações com Partes Relacionadas de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos, às exigências legais e às melhores práticas de Governança Corporativa, sem conflito de interesses e em observância aos seguintes princípios:

- **Competitividade:** preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado;
- **Conformidade:** aderência aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela companhia;
- **Transparência:** reporte adequado das condições acordadas, bem como seus reflexos nas demonstrações financeiras da companhia;
- **Equidade:** estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminações ou privilégios e adoção de práticas que assegurem e não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros;
- **Comutatividade:** prestações proporcionais para cada contratante.

A política também visa garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da Administração da companhia.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

11.1. Transações comerciais por operação com empresas do sistema

	2021			2020
	Petrobras	Petros	Total	Total
Ativo				
Circulante				
Arrendamento mercantil financeiro (nota explicativa 7.1)	133.448	-	133.448	125.771
Contas a receber por reembolso de pessoal cedido (nota explicativa 6.1)	1.963	-	1.963	4.776
Contas a receber - outros (nota explicativa 6.1)	1.232	-	1.232	1.161
	136.643	-	136.643	131.708
Não circulante				
Arrendamento mercantil financeiro (nota explicativa 7.1)	99.603	-	99.603	190.813
	236.246	-	236.246	322.521
Passivo				
Circulante				
Fornecedores vinculados à repasse de gastos	2	-	2	1.023
Arrendamento mercantil (nota explicativa 7.2)	-	-	-	247
Financiamentos (nota explicativa 10)	-	22.473	22.473	18.509
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	-	-	-	11.747
	2	22.473	22.475	31.526
Não circulante				
Arrendamento mercantil (nota explicativa 7.2)	-	-	-	398
Financiamentos (nota explicativa 10)	-	16.933	16.933	32.042
	-	16.933	16.933	32.440
	2	39.406	39.408	63.966
Resultado				
Receita de arrendamento mercantil financeiro (nota explicativa 15)	55.765	-	55.765	56.628
Compartilhamento de gastos com a controladora (i)	(4.110)	-	(4.110)	(837)
Resultado com pessoal cedido	(4.693)	-	(4.693)	1.193
Variações monetárias e cambiais líquidas	-	(8.210)	(8.210)	(10.689)
Despesas financeiras (nota explicativa 18)	(18)	(3.731)	(3.749)	(3.986)
	46.945	(11.941)	35.004	42.309

(i) Parcela expressiva dos processos administrativos da companhia, tais como Contabilidade, Tributos, Finanças, RH, SMS, Regulatório, dentre outros, são conduzidos no âmbito da controladora (Petrobras), suportados através de Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas. Em virtude dessa sistemática de trabalho, a estrutura de pessoal administrativo da Termobahia apresenta uma dimensão reduzida.

11.2. Membros chave da administração da companhia

Remuneração da administração

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens vigente da companhia, bem como da legislação específica, estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas a seus empregados e dirigentes.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os membros da Diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Termobahia S.A, sendo que a companhia efetua o ressarcimento dos valores de honorários avaliados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST e aprovados no Conselho de Administração e Assembleia Geral (nota explicativa 11.1 – partes relacionadas).

As remunerações médias dos empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, relativas aos meses de dezembro de 2021 e 2020 foram as seguintes:

Remuneração do empregado	Expresso em reais	
	2021	2020
Menor remuneração	7.386	6.751
Remuneração média	15.610	13.896
Maior remuneração	42.908	36.788

As remunerações totais dos membros do conselho de Administração da Termobahia têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Economia, e pelo Ministério de Minas e Energia e são apresentadas a seguir:

	2021	2020
	Conselho de Administração	Conselho de Administração
Salários e benefícios	68	104
Número de membros	6	6
Número de membros remunerados	6	6

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Termobahia, realizada em 28 de abril de 2021, fixou a remuneração dos administradores e do Conselho Fiscal em R\$ 1.290, como limite global de remuneração a ser paga no período compreendido entre abril de 2021 e março de 2022.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

12. Tributos

12.1. Tributos correntes

	Ativo circulante		Passivo Circulante	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de renda	408	2.482	2.290	-
Contribuição social	14	1.112	956	-
	422	3.594	3.246	-

Demais impostos e contribuições	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo Circulante	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
PIS e COFINS (i)	588	-	20.763	20.056	-	270
Imposto de renda retido na fonte	-	-	-	-	201	2.248
Outros impostos	10	10	-	-	-	-
	598	10	20.763	20.056	201	2.518

Os valores constantes no Ativo Circulante na linha de Imposto de renda e contribuição social se referem, basicamente, ao saldo negativo relativo ao ano calendário 2020, o qual será compensado com futuras obrigações tributárias ou objeto de pedido de compensação.

(i) Em função da omissão da Lei 12.973/2014 quanto ao tratamento a ser dado às receitas financeiras sobre o arrendamento mercantil, a companhia adicionava a sua base de cálculo de PIS e COFINS as referidas receitas. Com a publicação da IN RFB nº 1881/2019, que esclarece que não serão acrescidos à base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas financeiras oriundas de arrendamento mercantil, a companhia reprocessou a apuração destas contribuições relativas aos períodos de julho de 2015 a abril de 2019 e ingressou com pedido de restituição junto à Delegacia da Receita Federal. O saldo do Ativo Não Circulante representa, principalmente, o pedido de restituição mencionado.

12.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Arrendamento			Prejuízos fiscais	Outros	Total
	Imobilizado	Contas a receber	Contas a pagar			
Em 1º de janeiro de 2020	37.941	(129.739)	-	12.082	(2.465)	(82.181)
Reconhecido no resultado do exercício	(10.118)	25.893	(122)	(8.317)	(66)	7.270
Em 31 de dezembro de 2020	27.823	(103.846)	(122)	3.765	(2.531)	(74.911)
Reconhecido no resultado do exercício	(10.117)	28.633	122	(3.765)	(6)	14.867
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	-	-	(308)	(308)
Em 31 de dezembro de 2021	17.706	(75.213)	-	-	(2.845)	(60.352)

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A Administração considera que os débitos fiscais diferidos passivos serão realizados na proporção da realização das receitas e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2021, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos	
	Ativos	Passivos
2022	-	(30.176)
2023	-	(30.176)
Parcela registrada contabilmente	-	(60.352)
Parcela não registrada contabilmente	1.342	-
Total	1.342	(60.352)

12.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Lucro antes dos impostos	50.002	47.991
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(17.001)	(16.317)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições), líquidas		
Temporárias	(246)	(43)
Permanentes	(401)	3.929
Outros	33	476
Imposto de renda e contribuição social	(17.615)	(11.955)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.867	7.270
Imposto de renda e contribuição social correntes	(32.482)	(19.225)
	(17.615)	(11.955)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	35%	26%

Prática contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

São calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do exercício que está sendo reportado.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária ou realizar os ativos e liquidar os passivos, simultaneamente, em cada exercício futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

13. Benefícios concedidos a empregados

Os saldos relativos aos benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:

	2021	2020
Passivo não circulante		
Plano de Pensão Petros 2	1.806	3.746
Plano de saúde AMS	5.205	4.862
	7.011	8.608

13.1. Plano Petros 2 – Fundação Petrobras de Seguridade Social

A gestão dos planos de previdência complementar da companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

O plano Petros 2 foi implementado pela companhia a partir de 2010, na modalidade de contribuição variável.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2021, a contribuição da companhia para parcela de contribuição definida totalizou R\$ 462 (R\$ 793 em 2020).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2022, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição deste exercício está sendo destinada para conta individual do participante.

O saldo do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2021 montava em R\$ 1.806.

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2022 são de R\$ 643, referente a parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base em 31 de dezembro de 2021 é de 14,69 anos.

13.2. Plano de Saúde – Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Termobahia mantém um plano de saúde (Plano médico AMS) a todos seus empregados desde o exercício de 2012, que inclui assistência médica pós-emprego, e os termos deste benefício foram especificados somente a partir do Acordo Coletivo de Trabalho de 2014/2015. Desta forma, a partir do exercício de 2015, a companhia passou a constituir provisão dos compromissos de assistência médica pós-emprego, com base em laudo atuarial.

O plano é administrado pela Associação Petrobras Saúde (APS) e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, decorrente tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde. Nesse sentido, busca-se mitigar esse risco por meio de aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela de gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais de aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores.

O pagamento dos benefícios é efetuado pela companhia com base nos custos incorridos pelos participantes, sendo a participação financeira da companhia e dos beneficiários, nas proporções dos itens abaixo e nas formas previstas no acordo coletivo de trabalho:

- i) A partir de 01/01/2021 a participação será na proporção de 60% (sessenta por cento) dos gastos cobertos pela companhia e os 40% (quarenta por cento) restante pelos beneficiários titulares.
- ii) A partir de 01/01/2022 a participação passará a respeitar limite paritário, de acordo com o previsto na Resolução CGPAR nº 23, na proporção de 50% (cinquenta por cento) entre a companhia e os participantes.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

A companhia e as entidades sindicais estabelecem que se houver mudança ou revogação da Resolução da CGPAR nº 23, em decorrência de atos ou diplomas regularmente baixados pelos poderes executivo ou legislativo, permanecerá a relação 60% x 40%, até novo ajuste entre as partes.

Em 09 de setembro de 2021, com a promulgação do Decreto Legislativo nº 26/2021, que na data de sua publicação susta os efeitos da Resolução da CGPAR nº 23/2018, que estabelecia limite paritário de custeio do benefício de assistência à saúde entre empresas estatais e empregados, e considerando que a companhia e as entidades sindicais estabeleceram no acordo coletivo 2020-2022 a permanência da relação de custeio 60% x 40% no caso de mudança ou revogação da resolução, a companhia realizou uma revisão intermediária no passivo atuarial do plano de saúde, que havia sido mensurado em 31 de dezembro de 2020 considerando-se a proporção paritária a partir de 2022 - 50% x 50%, para refletir a proporção de custeio 60% x 40%, conforme previsto em ACT 2020-2022.

Dessa forma, houve alteração nas premissas utilizadas no cálculo do passivo atuarial e a companhia reconheceu um aumento do passivo de R\$ 242 mil, em contrapartida de: (i) R\$ 850 mil no resultado pelo custo do serviço passado decorrente da alteração do benefício; e (ii) R\$ 608 mil de ganho em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido decorrente da remensuração do seu plano de assistência médica. O saldo do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2021 montava em R\$ 5.205.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2021 é de 31,02 anos (30,57 anos em 31 de dezembro de 2020).

13.3. Remuneração variável

Programa de Prêmio por performance - PPP

Em 2020, o Conselho de Administração aprovou para o exercício de 2020 um novo modelo de remuneração variável para todos os empregados da companhia: o Programa de Prêmio por Performance - PPP, que alinhado ao Plano de Negócios e Gestão, valorizará a meritocracia e trará flexibilidade para um cenário em que a empresa busca mais eficiência e alinhamento às melhores práticas de gestão.

No exercício de 2021, a companhia efetuou pagamentos de PPP que totalizaram o montante de R\$ 1.227, relacionados ao exercício de 2020

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R\$ 120 representa provisão reconhecida no exercício de 2021.

13.4. Participação nos Lucros ou resultados

Em 29 de dezembro de 2020, as 17 entidades sindicais que representam empregados de bases terrestres, incluindo os da Termobahia, representados pelo Sindipetro Bahia, assinaram o acordo para PLR 2021/2022, dentro do prazo determinado pelo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

O regramento PLR 2021/2022 abrange os empregados que não ocupam funções gratificadas e prevê limites individuais de acordo com a remuneração dos participantes. Para que haja o acionamento da PLR nos anos de 2021 e de 2022, além do acordo de PLR ter sido assinado, é necessário o atingimento dos seguintes gatilhos/requisitos: i) aprovação de distribuição de dividendos pela Assembleia Geral Ordinária (AGO); ii) apuração de lucro líquido no exercício de referência; e iii) atingimento do percentual médio, ponderado pelo peso, do conjunto das metas dos indicadores de no mínimo 80%.

O montante máximo de PLR a ser distribuído está limitado a 5% do Ebitda ajustado, a 6,25% do lucro líquido e a 25% dos dividendos distribuídos aos acionistas, em cada exercício, o que for menor.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

No exercício de 2021, a companhia, fundamentada nas premissas em referência, provisionou R\$ 115 de PLR.

Prática contábil

As obrigações com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários conforme nota explicativa 4 - estimativas e julgamentos relevantes.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (entidade realiza diminuição significativa do número de empregados cobertos por plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (settlement).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor do passivo, líquido do ativo de benefício definido.

A companhia também contribui para planos de contribuição definida, de forma paritária ao valor da contribuição normal do empregado, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorrida.

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 311.752 está representado por 52.019 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Prática contábil

Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

14.2. Transações de capital

Em face da alteração do modelo contratual da operação celebrado com a Petrobras, no exercício de 2013, conforme mencionado na nota explicativa 1, foi revertido o saldo de recebíveis do antigo Contrato de Conversão de Energia (R\$ 242.184) e constituído o novo valor dos recebíveis, observando o Contrato de Aluguel da Planta (R\$ 594.213). O montante líquido apurado (R\$ 352.029), abatido dos impostos diferidos (R\$ 96.513), foi registrado como Transação de Capital (R\$ 255.516), em função de não ser permitido o reconhecimento de ganho em operação não usual entre empresas do mesmo grupo econômico pelas atuais práticas contábeis adotadas no Brasil.

14.3. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

14.4. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. O contrato social prevê que os sócios poderão aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

Em 30 de junho de 2020, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a Administração deliberou e aprovou a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios de 2019 de R\$ 11.494 e da totalidade dos dividendos adicionais propostos de R\$ 34.483, totalizando R\$ 45.977. Desse montante, R\$ 45.448 referem-se à Petrobras e R\$ 529 à Petros, os quais foram pagos em 17 de julho de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, a companhia destinou como dividendos propostos o montante de R\$ 34.235, e incluem os juros sobre o capital próprio (JSCP) no total de R\$ 13.821. Desse montante, R\$ 13.661 referem-se à Petrobras e R\$ 160 à Petros e foram pagos em 29 de janeiro de 2021. Os dividendos adicionais propostos de R\$ 20.414 foram pagos em 21 de maio de 2021.

Os dividendos relativos ao exercício de 2021 são como seguem:

14.4.1. Dividendos propostos e intermediários

A proposta de dividendos registrada nas demonstrações financeiras da companhia a ser apreciada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, é assim demonstrada:

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	32.387	36.036
Apropriação:		
Reserva legal	(1.619)	(1.801)
Lucro básico para determinação do dividendo	30.768	34.235
Dividendos propostos, equivalente a 60% (40% em 2020) do lucro básico:		
Juros sobre o capital próprio	-	11.747
IRRF (15%) sobre JSCP aprovado em 2020	-	2.074
Dividendos intermediários	18.596	-
	18.596	13.821
Dividendos adicionais propostos	12.172	20.414
Total de dividendos propostos	30.768	34.235

Os dividendos propostos em 31 dezembro de 2021, no montante de R\$ 30.768, incluem os dividendos intermediários distribuídos no total de R\$ 18.596, desse montante, R\$ 18.382 referem-se à Petrobras e R\$ 214 à Petros, aprovados em reunião extraordinária do conselho de administração realizada em 09 de dezembro de 2021 que foram pagos em 23 de dezembro de 2021 e os dividendos adicionais propostos de R\$ 12.172, cujo pagamento será realizado em data a ser fixada em assembleia dos acionistas.

Prática contábil

A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da companhia.

A parcela dos dividendos prevista no estatuto ou que represente o dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer excesso deve ser mantido no patrimônio líquido, na conta dividendo adicional proposto, conforme preconizado pelo ICPC 08, até a deliberação definitiva a ser tomada pelos acionistas na AGO.

14.5. Resultado por ação

	2021	2020
Lucro do período atribuível aos acionistas da Termobahia S.A.	32.387	36.036
Quantidade de ações	52.019	52.019
Lucro básico e diluído por ação ordinária (R\$ por ação)	622,59	692,75

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

14.6. Outros resultados abrangentes

Companhia reconhece perda e/ou ganhos, anualmente, pela remensuração dos seus planos de pensão e assistência médica.

Em 2021, houve alteração nas premissas utilizadas no cálculo do passivo atuarial, conforme nota 4.1 e a companhia reconheceu um ganho de R\$ 4.277 com a remensuração dos seus planos de pensão e assistência médica.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

15. Receita de arrendamento

	2021	2020
Receita de arrendamento (i)	55.765	56.628
Receita líquida	55.765	56.628

(i) A menor receita de arrendamento refere-se à redução do saldo do fluxo nominal dos recebíveis do arrendamento mercantil financeiro, reflexo dos recebimentos mensais do contrato.

Prática contábil

A receita com arrendamento mercantil financeiro é apropriada ao resultado em base mensal, ao longo do prazo do contrato, de acordo com a taxa interna de retorno – TIR, identificada na data inicial do arrendamento.

As receitas são reconhecidas pelo regime de competência.

16. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Gastos com pessoal	(3.248)	(3.665)
Compartilhamento de gastos com a controladora (nota explicativa 11.1)	(4.110)	(837)
Serviços, aluguéis e outros	105	(696)
Depreciação e amortização	(96)	(174)
	(7.349)	(5.372)

17. Outras receitas líquidas

	2021	2020
Resultado com pessoal cedido (nota explicativa 11.1)	(4.693)	1.193
Provisão para perdas com processos judiciais e administrativos	(12)	-
Participação nos lucros ou resultados	(115)	-
Programa de remuneração variável	(122)	239
Outras receitas (despesas), líquidas	135	(3)
	(4.807)	1.429

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

18. Resultado financeiro líquido

	2021	2020
Receitas financeiras	18.562	10.131
Resultado com recebíveis de ativos financeiros (i)	18.559	9.938
Receita de juros sobre depósitos judiciais	3	193
Outros	-	-
Despesas Financeiras	(3.775)	(4.024)
Despesas com endividamentos	(3.731)	(3.942)
Outros	(44)	(82)
Variações monetárias, líquidas	(7.356)	(10.184)
Atualização monetária sobre endividamento líquido (ii)	(8.210)	(10.689)
Atualização monetária sobre impostos a recuperar	843	503
Outras variações monetárias líquidas	11	2
Total	7.431	(4.077)

(i) Aumento do rendimento com aplicações financeiras no FIDC (R\$ 8.621 mil), decorrente da variação de 9,25% no CDI em 2021 (contra variação de 2% em 2020).

(ii) Redução da despesa de atualização monetária sobre as debêntures com a Petros (R\$ 2.479 mil), tendo em vista a variação de 16,68% no IGP-M em 2021 (contra variação de 22,23% em 2020).

19. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	2021	2020
Valores pagos durante o exercício		
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	3.409	1.258

20. Processos judiciais e contingências

20.1. Processos judiciais provisionados

Não há processos judiciais e contingências em 31 de dezembro de 2021 e 2020 para os quais a probabilidade de perda é considerada provável.

20.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo não circulante	Estimativa	
	2021	2020
Trabalhistas	108	79
Fiscais	292	280
	400	359

No exercício de 2021, a movimentação dos depósitos judiciais refere-se, basicamente, aos juros e atualização monetária.

20.3. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2021 e 2020, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Estimativa	
	2021	2020
Fiscais	8.933	11.140
Cíveis	99	-
Trabalhistas	5.073	4.624
	14.105	15.764

O quadro a seguir detalha as principais causas, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

Descrição dos processos	Estimativa	
	2021	2020
Autor: União Federal		
1) DCOMP - Declaração de Compensação - Crédito de IRRF não reconhecido. Situação atual: Aguardando julgamento da manifestação de inconformidade perante a Delegacia da Receita Federal.	4.501	4.427
2) DCOMP - Declarações de Compensação - Crédito de IRRF não reconhecidos. Situação atual: Aguardando julgamento do recurso voluntário.	4.320	5.450
3) Processos de natureza trabalhista - Cálculo do Complemento de remuneração	5.073	4.624
4) Processo de natureza cível	99	-
5) Processos diversos de natureza fiscal	112	1.263
Total dos processos	14.105	15.764

Prática contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

21.1. Instrumentos financeiros

A companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da companhia.

Durante os exercícios de 2021 e 2020 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021	2020
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1	1
Contas a receber, líquidas	136.643	131.708
Contas a receber - FIDC	447.150	400.173
	<u>583.794</u>	<u>531.882</u>
Não circulante		
Contas a receber, líquidas	99.603	190.813
Depósitos judiciais	400	359
	<u>683.797</u>	<u>723.054</u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	46	1.044
Financiamentos	22.473	18.509
	<u>22.519</u>	<u>19.553</u>
Não circulante		
Financiamentos	16.933	32.042
	<u>39.452</u>	<u>51.595</u>

O principal ativo financeiro da empresa é classificado na categoria Empréstimos e Contas a Receber, não derivativo com pagamentos fixos ou determináveis, e que não possui a característica de negociação em mercados organizados, exceto os montantes classificados como contas a receber – FIDC, que estão mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Prática contábil

Caixa e equivalente de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

21.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

O contas a receber – FIDC, conforme divulgação em nota explicativa 6.2, está mensurado pelo seu valor justo por meio do resultado.

21.3. Gerenciamento de riscos

A gestão da companhia é realizada por seus Diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da companhia estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos:

21.3.1. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da companhia incorrer em ganhos ou perdas relativas às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a companhia segue as orientações corporativas para a Petrobras e suas controladas.

21.3.2. Risco de crédito

A companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Também é representado por contas a receber do arrendamento mercantil (contrato de locação da UTE Termobahia), o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

21.3.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez da companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa, recebíveis de ativos financeiros ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

A companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital e refinanciamento da dívida e despesas vinculadas ao serviço de operação e manutenção. O risco de liquidez da companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

21.4. Seguros

Para proteção de seu patrimônio a Termobahia transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Leonardo Marinho Filho
Conselheiro

Leonardo Santos Ferreira
Conselheiro

Isabella Carneiro Leão
Conselheira

DIRETORIA EXECUTIVA

Aline Dias Leonardi
Presidente

Marcelo Ferreira Pelegrini
Diretor Administrativo

Marcos Antonio Gibin de Freitas
Contador
CRC-RJ 089868/O-2